

**Modos de vida tradicionais e campesinato: figuras do agrário norte mineiro****Traditional lives and peasantry: figures of the agrarian north mineiro**

Recebimento dos originais: 04/11/2018

Aceitação para publicação: 05/12/2018

**Leandro Luciano da Silva**

Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG  
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes  
Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – FIP-Moc  
E-mail: leandrolucianodasilva@gmail.com

**Flávia Maria Galizoni**

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas -UNICAMP  
Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais - ICA/UFMG  
E-mail: flaviagalizoni@yahoo.com.br

**Maria das Graças Campolina Cunha**

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU  
Departamento de Geociências da UNIMONTES  
E-mail: gracapira@yahoo.com.br

**Maria de Fátima Almeida Martins**

Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo - USP  
Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – FAE/UFMG  
E-mail: falmartins.ufmg@gmail.com

**RESUMO**

A discussão sobre a Questão Agrária no Brasil envolve não apenas a luta pela terra, mas sobretudo a legitimação dos próprios sujeitos do campo brasileiro, seja pela aproximação entre o campo e a cidade promovida pelo capital ou pela inserção cada vez mais contundente deste capital no ambiente agrário. No entanto, na teoria, o debate sobre os sujeitos do campo se direciona na proposta de sua proletarização ou da industrialização do agrário. No campo propriamente dito, observa-se a materialização das tradicionalidades rurais e a reestruturação do campesinato que se fortalece e se recria na conflitualidade do próprio capital. O presente estudo teve por objetivo identificar indícios da presença de modos de vida tradicionais e campesinato na região Norte do Estado de Minas Gerais. Trata-se de um estudo de caso realizado em uma comunidade rural localizada na região Norte Mineira no ano de 2009. Observou-se a presença de modos de vida tradicionais, em especial, relacionados ao campesinato, evidenciando os saberes tradicionalmente transmitidos, tais como o manejo da terra, o modo de criar, a gestão econômica camponesa e outras estratégias que compõem a complexidade da condição camponesa. Tais modos de vida também são observados em outros estudos rurais realizados em diversas partes do território brasileiro. Os resultados encontrados evidenciam que a resiliência é característica marcante dos sujeitos sociais aqui tratados, a capacidade de resistir e se reproduzir no ambiente propício à reestruturação do capital é o que leva a reconhecê-los como sujeitos de transformação do campo brasileiro e deflagradores de debates cada vez mais intensos sobre a Questão Agrária e suas dimensões.

**Palavras-chave:** Questão agrária. Capitalismo agrário. Modos de vida tradicionais. Campesinato.

**ABSTRACT**

The discussion on the Agrarian Question in Brazil involves not only the struggle for land, but above all the legitimacy of the subjects of the Brazilian countryside, either by the approximation between the countryside and the city promoted by capital or by the increasingly forceful insertion of this capital into the environment agrarian. However, in theory, the debate about the subjects of the field is directed in the proposal of its proletarianization or the industrialization of the agrarian. In the field itself, one observes the materialization of rural traditionalities and the restructuring of the peasantry, which strengthens and recreates itself in the conflict of capital itself. The present study aimed to identify evidence of the presence of traditional ways of life and peasantry in the northern region of the State of Minas Gerais. It is a case study carried out in a rural community located in the northern region of Mineira in the year 2009. Traditional ways of life were observed, especially related to the peasantry, evidencing the traditionally transmitted knowledge, such as the land management, husbandry, peasant economic management, and other strategies that make up the complexity of the peasant condition. These ways of life are also observed in other rural studies carried out in different parts of the Brazilian territory. The results show that resilience is a hallmark of the social subjects treated here, the capacity to resist and reproduce in the environment conducive to the restructuring of capital is what leads them to recognize them as subjects of transformation of the Brazilian countryside and triggers of debates each the Agrarian Question and its dimensions.

**Keywords:** Agrarian question. Agrarian capitalism. Traditional ways of life. Peasantry.

**1 INTRODUÇÃO**

Apesar de já ter passado mais 500 anos do “descobrimento” do Brasil pelos portugueses, a Questão Agrária no país parece estar longe de ser resolvida, isso por fatores que envolvem concepções políticas, econômicas e sociais de vários níveis e diferentes complexidades. E a falta de solução para os problemas que envolvem o campo brasileiro se apresenta como solo fértil para o surgimento de novos fenômenos e para a recolocação em pauta de problemas antigos com novas peculiaridades.

Apresentar o debate sobre a Questão Agrária no Brasil neste século XXI é assumir o compromisso de trazer a baila, não apenas a problemática do acesso a terra, mas todo o contexto que se converge a ela. Assim, a Questão Agrária remete às discussões mais amplas, que envolvem a saúde no campo, a educação, o lazer a cultura e todas as demais características que identificam o campo brasileiro e sua população.

No que se refere à população do campo, a discussão também é latente, uma vez que se põe em pauta, inclusive, se o Brasil passou por transições feudais- como ocorridas em outros países industrializados- ou seria realmente necessário o desencadeamento desse contexto socioeconômico e histórico para o surgimento ou não de uma identidade camponesa. Esse tipo de dúvida faz ressurgir a caracterização de sua população e a disputa quanto à identificação - modos de vida- dos sujeitos do campo.

O objetivo do presente trabalho é identificar indícios da presença de modos de vida tradicionais e campesinato na região Norte do Estado de Minas Gerais.

Trata-se da sistematização dos resultados parciais de um estudo de caso realizado em uma comunidade rural da região Norte do Estado de Minas Gerais no ano de 2009<sup>1</sup>.

A região Norte do Estado de Minas Gerais possui grande parte de seu território no ecossistema semiárido, cujas características ambientais são marcadas por irregularidade pluviométrica e baixa retenção hídrica do solo. Estas especificidades situam a região entre uma das mais críticas do Brasil, demandando maior atenção do Estado no sentido do desenvolvimento de políticas e programas de atendimento às situações emergenciais e permanentes relacionadas aos grandes períodos de estiagem.

As características da região semiárida também são importantes, por exigir das populações dos diferentes territórios existentes o desenvolvimento de estratégias de reprodução social que as coloquem no centro do debate que se promove neste estudo.

Este trabalho é apresentado em quatro seções assim estruturadas: Reflexões sobre a Questão Agrária Brasileira, o Campesinato e Estratégias de Reprodução Social, Modos de Vida Tradicionais e Campesinato na Região Norte Estado de Minas Gerais- Brasil e Considerações Finais.

## **2 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: REFLEXÕES SOBRE SEUS SUJEITOS**

Durante muito tempo no Brasil se discutiu a questão agrária sob a leitura de clássicos como Vladimir Ilich Lenin e Karl Kautsky, entre outros, que no início do século XIX contribuíram para deflagrar os vaticínios sobre o fim do campesinato (Seyfeth, 2011, P. 399), alimentando o presságio de que a agricultura caminharia como a indústria. Nesse mesmo sentido, para Fernandes (2002, p.4), No final do século XIX, Lênin e Kautsky prognosticaram o desaparecimento dos camponeses no desenvolvimento desigual do capitalismo.

O desenvolvimento da agricultura segue o caminho da indústria. As necessidades da sociedade e as condições impostas pela mesma orientam o desenvolvimento no sentido da evolução para o grande estabelecimento social cuja forma suprema reúne em uma entidade firme e única a agricultura e a indústria (kautsky, 1898, p. 398).

Ocorre que essa base teórica, sem entrar no mérito da sua importância, impingiu à grande parte dos teóricos nacionais, a tendência de reconhecimento de uma possível proletarização do rural, induzido pelo avanço do modelo de produção capitalista na agricultura e o desaparecimento da pequena propriedade, que no Brasil sempre esteve à margem da casa grande, da casa de engenho, da grande propriedade, conforme destaca Prado Júnior (1942, p. 141-142):

---

<sup>1</sup> Dissertação apresentada no âmbito do Mestrado em Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Ciências Agrárias - Campus de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. Ano de 2010. Financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processos números, 555929/2006-4 e 557471/2009-5, e pela FAPEMIG (SHA APQ – 5058-5.05/07) – Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob n° 0503.0.203.000.09.

A grande lavoura representa o nervo da agricultura colonial; a produção dos gêneros de consumo interno - a mandioca, o milho, o feijão, que são os principais - foi um apêndice dela, de expressão puramente subsidiária. Esse papel subsidiário se verifica, aliás, quase sempre, na própria estrutura da produção agrícola. Aqueles gêneros de consumo são produzidos, na maior parte dos casos, nos mesmos estabelecimentos rurais organizados e estabelecidos para cuidar da grande lavoura, destinam-se a abastecer o pessoal empregado nesta última, e existem, portanto unicamente em função dela.

Desta forma, é importante destacar que, enquanto a grande lavoura tinha seu sujeito bem definido, “o senhor”, a lavoura de subsistência se engrossava com figuras diversas, primeiro com mestiços e escravos, depois o morador de condição e o foreiro entre outros (Andrade, 1964). Essa relação entre a lavoura de subsistência e a grande lavoura nunca foi harmoniosa. De forma ilustrativa, destaca-se algumas tensões ou movimentos deflagrados por essa relação, tais como a Guerra de Canudos/Revolução de Canudos/Insurreição de Canudos - 1896-1897 - Bahia; Guerra do Contestado - 1912 - 1916 - Paraná/Santa Catarina; Ligas Camponesas - 1950 - Pernambuco; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - 1984 - Cascavel/PR.

Ancorado na longa trajetória da formação agrária brasileira, é importante salientar que a contradição presente no agrário brasileiro citado por Prado Júnior e os problemas sociais do Nordeste, citados por vários autores, entre eles o expoente Manoel Correia de Andrade, continuam presentes e alimentando a Questão Agrária no Brasil. Isso porque, se por um lado se profetizava a proletarização do campo e com isso o fim da unidade de produção camponesa, por outro essa categoria social vem resistindo e apresentando o *fim do fim do campesinato* (Fernandes, 2002, p.6).

A presença do campesinato, no âmbito de discussão da questão agrária atual, se apresenta justificável, seja porque a lógica do sistema de produção camponês é diferente da lógica capitalista (Chayanov, 1974), seja porque o próprio capital cria condições para a resiliência do campesinato. Assim, o campesinato se afirma no constante processo de contradições e desigualdades do capitalismo, ou seja, na *conflitualidade* (Fernandes 2005).

A contradição é característica fundante do capitalismo e, no Brasil, esta questão se torna mais premente em decorrência da forma subordinada aos interesses exteriores ao ser introduzido neste território, produzindo e reproduzindo de maneira contraditória e impactante o desenvolvimento do campo, forjando o sujeito camponês, que não está fora da lógica capitalista, mas dentro desta (Oliveira, 2001), ou seja:

A outra face da economia camponesa é, precisamente, a sua participação em uma economia mais ampla, que a domina, contra a qual ela se protege e que procura utilizar em seu proveito (Mendras, 1989, p. 146), ou ainda que:

Na conflitualidade, as demandas para o campo se multiplicam, o acesso à terra se soma às questões que invocam a reestruturação de todo o universo agrário, e isso demarca que [...] teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecerem na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas (Oliveira, 2001, p. 189), ou vêm formulando e executando políticas que não conseguem alcançá-los plenamente.

### **3 CAMPESINATO E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL**

Alexander Chayanov, no início do século XX, foi um dos primeiros autores a considerar a importância da família para a análise da lógica de produção de camponeses russos.

A perspectiva chayanoviana parte da compreensão da unidade doméstica, analisando fatores que a compõem. Um desses fatores é o ciclo demográfico da família. A sua análise é realizada desde a constituição do núcleo familiar até a maturidade da prole na formação de outro grupo familiar ou na transformação da família nuclear em família extensa.

Outro fator que Chayanov inaugura no debate sobre a produção camponesa se refere à gestão dos recursos da unidade camponesa na sua dinâmica de reprodução, visando ao equilíbrio entre a produção e a demanda por recursos dentro da unidade produtiva.

Mas os fatores acima apresentados são o princípio para a compreensão de outro elemento que, de forma mais pontual, determina o futuro da unidade produtiva, ou seja, a identificação, em um mesmo ambiente, de uma unidade de consumo e uma unidade de produção.

Essa composição, consumo/produção, dita as regras das estratégias produtivas do campesinato e determina as relações sociais entre os membros da família e a sobreposição de um espaço sobre o outro dentro de uma mesma unidade produtiva. (Herédia, 1979).

O camponês trabalha a terra para se nutrir: toda a teoria da economia camponesa não é mais do que o comentário dessa frase lapidar. Nisso a economia camponesa não é diferente da economia primitiva. Mas o camponês produz também para o mercado envolvente, e isso o distingue do 'primitivo'. No entanto, essa exigência não é mais que um acessório para compreender, a lógica que preside o cálculo econômico do camponês (Mendras, 1989, p.44).

O camponês, com base nos fatores relacionados por Chayanov, família, produção e trabalho, estabelece as prioridades para a unidade produtiva e, assim, mantém o equilíbrio entre a demanda e a produção dentro da unidade.

Esse equilíbrio que o camponês busca estabelecer é o resultado esperado e determinante na dinâmica produtiva da família, uma vez que o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho possui consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente (Wanderley, 1999).

Para conceituar o camponês não há um termo pronto e acabado, mesmo porque a própria categoria social se transforma e se adapta às condições que lhe são impostas pela história e pelo meio. Atribuir ao campesinato um conceito estático é afirmar a sua estagnação e ignorar sua notória capacidade de produção e reprodução em condições sociais e ambientais diferenciadas.

O campesinato não é uma figura estática. A sua constituição reflete os processos de desenvolvimento vividos pela sociedade ao longo do tempo, aproximando e, às vezes, confundindo os modelos de fazer agricultura (Van der Ploeg, 2008).

Os desdobramentos da afirmação de Van Der Ploeg, induz à conclusão de que o próprio autor se propõe fazer, ou seja, a agricultura está longe de ser uma figura estática. O seu estudo transita pela órbita das variáveis que compõem o universo agrário. Uma destas variáveis é a condição camponesa, que está em constante mudança. Para Armanda Bartra Vergés os camponeses se metamorfosearam para encontrar novas formas de permanência nos territórios de disputas por terra e dignidade.

[...] os camponeses compartilham discretos sinais de identidade: um certo ar familiar que lhes permite o reconhecimento mútuo em festas sociais e a capacidade de conspirar além dos oceanos e continentes, superando diferenças abismais de cultura, sociabilidade e tecnologia. Obrigatoriamente inquietos, pois de outra maneira naufragariam em um mundo instável e constantemente fatal, os camponeses permanecem, não tanto por suas supostas invariáveis mas, sobretudo, por seu modo de se transformar, por valores e projetos implícitos em suas múltiplas e complexas estratégias de sobrevivência (VERGÉS, 2011).

Levando em consideração as variáveis e as constantes mudanças trazidas pelo desenvolvimento, o campesinato pode ser identificado a partir da leitura dos elementos que integram a condição camponesa.

A dinâmica e a maleabilidade agrícola são fundamentais para a produção e a reprodução social do campesinato e permitem verificar que ela está longe de ser estática e atrasada. Pelo contrário, a sua localização em ambiente constantemente ameaçador impõe a criação e a recriação de estratégias que viabilizem a sua continuidade.

As estratégias familiares são respostas dadas por cada família, a fim de assegurar, ao mesmo tempo, a sua própria reprodução e a de sua exploração, garantindo um espaço aos filhos, um lugar de trabalho, sem que isso se torne técnica e economicamente inviável (Lamarche, 1997).

Ao analisar o campesinato russo no início do século XX, Chayanov (1974) admitiu que o trabalho familiar é a categoria central para caracterizar a unidade camponesa e que não integrava essa categoria o fenômeno social dos assalariamento. Tais sistemas de produção são determinados por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho.

Na unidade camponesa, a organização da força de trabalho tem o objetivo de atender às demandas do grupo familiar. É coordenada pelo “pai de família”, que, no uso de sua autoridade e do saber fazer, distribui as atividades e determina quem deve trabalhar, fato que depende da situação do grupo doméstico.

Todos os membros de um mesmo grupo doméstico devem ajudar o pai de família a obter o necessário ao consumo familiar. Porém a ajuda requerida de cada membro depende da situação do grupo doméstico. A existência de filhos pequenos, em idade que não possam ajudar e a doença de um dos membros e sobre tudo a do pai, pode exigir um volume maior de trabalho do grupo doméstico (Garcia Jr., 1983, p. 177).

Observa-se que a organização do trabalho da família na unidade produtiva é orientada pela busca constante do equilíbrio entre produção e consumo tendo o ciclo demográfico da família como fator determinante para a compreensão dessa estratégia. Mas a explicação do ambiente que permite funcionar o equilíbrio entre trabalho e consumo ocorre nos estudos sobre o modo de produção camponês do economista polonês Jerzy Tepicht, que considera o trabalho familiar como uma composição de forças “plenas e marginais”, figuras que são explicadas por Woortmann:

‘Força plena’ é o homem adulto em ‘idade produtiva’, com possibilidade alternativa no mercado de trabalho e empregado na atividade principal do empreendimento, e a ‘força marginal’ é representada pelo trabalho de crianças, idosos e mulheres, consideradas ‘não transferíveis’ (Woortmann, 1995, p. 35).

Essa identificação de força plena e força marginal não se verifica apenas na realização de tarefas nas unidades produtivas. As decisões também são tomadas seguindo uma lógica de domínio de ambiente dentro da unidade. De acordo com a literatura, à mulher, geralmente, cabem as decisões relacionadas ao universo doméstico e domínio das atividades próximas à morada, enquanto ao homem cabem as decisões sobre os elementos essenciais da unidade familiar e de sua manutenção.

É ao homem, pai de família, que cabe organizar as tarefas do roçado para prover a casa. É a mulher, mãe de família, que cabe organizar as tarefas da casa que possibilitam o consumo do grupo doméstico (Garcia Jr., 1983, p.59).

Assim, o trabalho em família passa por divisões que se vinculam especificamente ao ambiente de trabalho, a saber: a casa e a roça<sup>2</sup>. A roça é de onde vem o alimento para o sustento da casa e, por sua vez, assume uma importância maior dentro da unidade produtiva, sendo dirigida pelo homem, enquanto a casa é reconhecidamente de domínio feminino. Nesses ambientes, os conceitos de trabalho são diferenciados.

A mulher, além das atividades domésticas, compartilha das atividades desempenhadas na roça. Porém, apesar de exercer as mesmas atividades, como capina, plantio e colheita, o seu trabalho é reconhecido como “ajuda” ao homem e não como trabalho propriamente dito. Já na casa, onde ela dirige as atividades, a sua atividade é reconhecida como trabalho (Woortmann, 1997).

Apesar da aparente divisão do trabalho na unidade produtiva, tanto o homem quanto a mulher, atuam na esfera de domínio um do outro. A mulher ajuda nas atividades coordenadas pelo homem em seu ambiente e o homem, em determinadas ocasiões, mesmo reconhecendo a sua falta de habilidade, realiza atividades no ambiente de domínio feminino.

A gestão do trabalho na unidade produtiva se materializa com o desenvolvimento da estrutura familiar: O número de filhos, a sua capacidade de trabalho e a dos membros adultos e idosos são fatores determinantes nessa dinâmica. O aproveitamento eficiente da força produtiva da família dita a lógica do trabalho e se cristaliza na gestão da energia a ser empregada na unidade familiar de produção.

O desenvolvimento da agricultura camponesa acontece tipicamente por meio da intensificação baseada no trabalho e a disponibilidade de uma força de trabalho qualificada e engajada é um aspecto estratégico e indispensável na base de recursos. Portanto, o trabalho é o núcleo da “gramática” do campesinato (Van Der Ploeg, 2008, p. 52).

Na dinâmica da economia camponesa a terra tem papel significativo e o acesso a ela é conflituoso, o que leva o camponês a empregar, também em relação à terra, estratégias de acesso e manutenção da mesma.

Considerando que o campesinato, como uma categoria em que a sua base está fundada no trabalho de seus membros, a terra é um aspecto importante e, apesar de parecer secundário a olhos externos, na dinâmica do camponês, é o primeiro ponto a ser considerado na coordenação dos recursos da unidade produtiva.

A terra é o ambiente de convergência do campesinato e determina o futuro da família, impondo ao camponês as decisões a serem tomadas diante das peculiaridades da unidade produtiva e da quantidade e qualidade de terra.

---

<sup>2</sup> O termo “roça” é usado para designar o local onde a família realiza o plantio dos alimentos para o abastecimento da unidade produtiva.

A escassez de terra onde o trabalho dos membros do grupo doméstico possa se materializar representa um dos problemas fundamentais enfrentados pelo agricultor (Herédia, 1979, p. 137).

Em várias regiões do país, o acesso à terra, por parte dos camponeses, representou e ainda representa tensões e conflitos de grandes proporções e apesar da oposição, pequena propriedade *versus* grande fazenda são duas figuras que coexistem e se transformam. Como característica do campesinato brasileiro, exercendo o papel complementar e subalterno em sua gênese desde o século XVIII, o camponês esteve junto à grande plantação, seja como morador de condição, seja como foreiro, porém, o acesso à terra por essas categorias se dava de forma precária, ou seja, sem a propriedade formal (Woortman, 1997).

O morador de condição caracterizava-se pelo agricultor que produzia em determinada parcela de terra dentro da grande propriedade e, além da produção em sítio localizado em determinada área da fazenda, cedia alguns dias de trabalho ao proprietário da terra, sem nada receber por isso.

Ao foreiro era atribuída uma situação mais confortável e certa liberdade em comparação ao morador de condição. Apesar de não ser proprietário, esse poderia ter o domínio da produção, pagando ao dono da terra uma determinada quantia a título de foro (Garcia Jr., 1983).

Tanto o morador quanto o foreiro são produtos dos constantes processos de transformações sociais e econômicas no setor agrário. O morador de condição surge como resultado da abolição da escravatura e da necessidade de suprimento de alimentos de subsistência. O foreiro, resultado do surgimento de grandes usinas e das crises econômicas vivenciadas pelos donos de engenho e grandes fazendeiros.

É importante ressaltar que, de uma forma ou outra, seja como morador de condição ou como foreiro, o camponês esteve sempre se utilizando de estratégias de acesso à terra que viabilizassem a reprodução social da sua categoria.

Os camponeses realizam os seus cálculos produtivos partindo da disponibilidade de terra para o cultivo de seus produtos e para o emprego da força de trabalho dos membros do grupo familiar. A falta de terra ou a falta de acesso a ela é elemento significativo em suas estratégias produtivas, pois dependem da terra e de suas características: o futuro da família e de seus membros na unidade produtiva, o matrimônio, a partilha da terra, a escolha de quem migra e de quem fica, o destino do produto excedente e as manobras de venda de produtos e compra de terras. Esses fatores são equilibrados pela disponibilidade de terra e seu uso dentro da unidade produtiva.

A terra determina não só as estratégias de sua utilização, mas também as estratégias relacionadas à sua aquisição, levando em consideração que o futuro da unidade produtiva e da

família dependem da terra. Não é de se estranhar que as estratégias produtivas dos agricultores tenham por objetivo aumentar a sua reserva de terra.

Outra estratégia reprodutiva do campesinato relaciona-se à herança, considerada fundamental para a reprodução da família e, juntamente com a sucessão, compõe a forma de aquisição ou aumento de terras. Esses dois processos se iniciam não apenas com a abertura da sucessão propriamente dita, com a morte do patriarca ou matriarca, mas também com o casamento dos membros das famílias (Moura, 1978; Godói, 1999).

O casamento tem como objetivo não só a satisfação afetiva ou o interesse individual dos envolvidos no contrato, mas, em primeiro lugar, os interesses da família ou do grupo social. Nessa dinâmica, o objetivo comum dita as normas das uniões que passam a ocorrer, até mesmo entre parentes, entre pessoas de um mesmo grupo familiar. Pensar na família é reafirmar a importância de integralidade da terra, mesmo que, para isso, o celibato de alguns membros seja necessário para a manutenção do patrimônio.

Mas nem sempre os “jogos” matrimoniais são suficientes para evitar o desmembramento da terra. As regras de quem vai herdar e concorrer à sucessão também são formas de assegurar que a terra continuará na família. Esses processos sucessórios se apresentam de tal forma que podem ensejar a exclusão e até mesmo a liberação de parte dos integrantes da família.

Alguns membros são privados da sucessão, liberados ou induzidos a migrar, seja para novas fronteiras agrícolas, seja para as cidades. Esse rompimento pode ocorrer de forma mais dolorosa, quando o excluído da sucessão tinha ou acreditava ter o direito a permanecer na terra que era da família, ou de forma tranquila, no caso de determinados jovens, para os quais a vida no campo já não é suficiente para atender a seus anseios e sonhos.

Estudos sobre processos sucessórios sugerem a existência de três fases na sucessão: a sucessão profissional, passagem do poder de utilização do patrimônio para a próxima geração; a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes; a aposentadoria efetiva, quando cessa o trabalho e o poder da atual geração sobre os ativos que compõe a propriedade (Perondi e Ribeiro, 2000).

Os problemas relacionados à sucessão estão na base da origem social dos próprios camponeses do Brasil que foram excluídos e empobrecidos desde o regime de morgadio, que era aquele “que tornava o primogênito herdeiro legal dos bens e um fazendeiro. Isso fazia dos outros herdeiros uma espécie de agregados do patrimônio herdado com base na primogenitura, este tipo de sucessório foi extinto em 1835” (Martins, 1990).

O dilema sucessório consiste em negar a sua reprodução como um indivíduo, em favor da casa-família. Isso é cada vez mais difícil, quando são introduzidos no universo da comunidade e

da família os projetos individuais dos filhos, em oposição ao projeto coletivo da família (Woortmann, 1995).

A lógica de produção camponesa destoa daquela praticada pelo sistema capitalista de produção baseada no trabalho alheio. A formação do patrimônio na unidade familiar se verifica de várias maneiras e formas, mas o objetivo de todo esse aparato de estratégias é a manutenção do camponês na terra.

A formação do patrimônio da unidade produtiva pode ser considerada como um processo que inclui várias estratégias, porém, é sempre possível se verificar a presença do trabalho, dos repasses e dos negócios, que, organizados e articulados, contribuem na formação desse patrimônio.

Nas mais diferentes regiões, os sitiantes formam seu patrimônio segundo cálculo de longo prazo que difere de um para o outro, mas perseguem sempre quatro metas de aquisição bem definidas: bens de uso generalizado e negociado facilmente, (utensílios domésticos, eletrônicos e automóveis) animais de valor, (porcos, cavalos ou vacas) partes de herança partilhada pelos pais, lotes de cunhados de um dos esposos ou quando isto não é possível, terrenos urbanos; terrenos rurais de não membros da família. Para o alcance das metas acima listadas os sitiantes usam de meios variados, porém sempre incluindo o trabalho - a migração sazonal, a pluratividade e parceria, que produzem renda fora da produção agrícola da unidade familiar – os repasses – como aposentadorias e bolsas, que produzem rendas independentes do esforço familiar - e por fim, os negócios que no decorrer do tempo transformam em patrimônio os subprodutos e os bens periféricos amealhados (Ribeiro e Galizoni, 1998).

A condição de camponês pode ser alcançada graças a uma passagem temporária do agricultor pelo mercado de trabalho urbano e que injeta recursos na unidade familiar. O negócio, por sua vez, não é algo externo à própria atividade agrícola. O dinheiro com que se negocia é o mesmo que se investe ou se obtém da agricultura. O mesmo ocorre com a criação de gado, que preenche a função de reserva e acumulação para a agricultura e o negócio (Perondi e Ribeiro, 2000).

O patrimônio do camponês pode ser identificado como o resultado da própria agricultura, da realização de negócios, da criação de animais, do trabalho fora da unidade produtiva e da migração. Esses elementos juntos somam-se e, às vezes, com maior participação de um ou de outro, o agricultor administra as suas disponibilidades e as suas limitações.

Nas estratégias de geração de renda dos camponeses, a unidade produtiva e a família se confundem e a terra tem um papel fundamental na manutenção da família. É dela que é extraída parte da alimentação e da renda para comprar o que não é produzido e para pagar todas as despesas

(Schroder, 2004). Contudo, o camponês possui, historicamente, a capacidade de combinar atividades agrícolas com outras não agrícolas. Eles fazem isso quando precisam de receita fora do estabelecimento produtivo. Essa maleabilidade é decorrente da característica da atividade agropecuária, onde o tempo necessário em trabalho é menor que o tempo efetivo da produção, o que permite exercer outra função além da atividade agrícola. Processo designado como pluriatividade (Kageyama, 1998; Graziano da Silva, 1999), que além possibilitar a reprodução social da categoria com o abastecimento da unidade produtiva, evita a dependência de círculos bancários e prestamistas.

Portanto, a pluriatividade e a migração também são caracterizadas como estratégias de reprodução camponesa. Para Kautsky (1972), os camponeses só se tornaram exclusivamente agricultores a partir da Revolução Industrial, que limitou grande parte das suas atividades artesanais, restringindo-as ao espaço agrícola. Entretanto, a busca por rendimentos alternativos nunca foi abandonada, pois os camponeses permanecem utilizando de atividades não agrícolas como um mecanismo viabilizador do seu equilíbrio econômico.

Segundo Chayanov (1974), na Rússia do início do século XX, o camponês, ao não encontrar ocupação na unidade de exploração, a força de trabalho da família se voltava para o artesanato, comércio e outras atividades não agrícolas. Esse redirecionamento visava alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família que não estavam supridas com o ingresso da unidade de produção.

No contexto do campesinato brasileiro Woortmann (1995) afirma que o sitiante, quase sempre, é também um negociante. E quando migrante, também é um assalariado. Para o autor, ao longo das migrações, o agricultor dissolve a dicotomia “rural x urbana”, unificando em sua experiência de vida as vivências da cidade e do campo. E, dentro das suas dinâmicas socioculturais e econômicas, a estratégia de migração pode ser dividida em: “pré-matrimonial do filho”, a do “chefe de família” de tipo circular e a “emigração definitiva”. Essas modalidades de migração se articulam e desempenham um papel significativo nas estratégias de reprodução.

A autonomia e a sobrevivência da unidade camponesa dependem da capacidade que os membros da família têm de contribuir para a composição e o fortalecimento da base de recursos dentro da unidade. A realização de atividades unicamente agrícolas pode ser insuficiente para a garantia da permanência da condição camponesa, o que leva o camponês a exercer outras atividades na unidade produtiva e até mesmo fora dela.

No plano das construções teóricas até aqui apresentadas, parece pacífico a existência ou a continuidade de modos de vida tradicional e sociedades camponesas no cenário contemporâneo, no entanto, pelo menos no Brasil, recorrentemente tem-se questionado sobre a existência destas figuras

no Agrário Brasileiro, isso, apesar de estudos clássicos sobre o campesinato em várias regiões do país e das iniciativas Estatais de institucionalização dos sujeitos aqui tratados, porém, sob novos rótulos ou nomenclaturas.

Evidenciar o campesinato brasileiro é recolocá-lo na pauta de discussão da Questão Agrária, é desocultar suas relações, estratégias e, em especial, reafirmar seu papel transformador do campo brasileiro ainda em disputa.

#### **4 MODOS DE VIDA TRADICIONAL E CAMPESINATO NA REGIÃO NORTE MINEIRA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, BRASIL**

O Estado de Minas Gerais é um dos maiores Estados da Federação Brasileira (586.528 km<sup>2</sup>), as características regionais das várias partes do Estado. A gestão administrativa de um Estado desta extensão impinge ao mesmo o estabelecimento de regiões de planejamento, isso para ações políticas direcionadas às especificidades de cada região<sup>3</sup>.

Atualmente, o Estado de Minas Gerais é dividido em dez regiões de planejamento, destas regiões, a Região Norte de Minas é a de maior extensão (128.454,108 km<sup>2</sup>) com uma população de 1.614.971 de habitantes. Grande parte desta região está localizada na região semiárida do Brasil.

O semiárido brasileiro é representado por uma extensão que vai do norte de Minas Gerais ao norte do Ceará e do leste do Piauí ao oeste do Pernambuco, e apresenta uma riqueza ímpar, que só pode ser compreendida a partir da análise de seu povo, de sua cultura, de sua política e de sua vida.

A região identificada como semiárido assume características antagônicas em um contexto particular. Apesar de considerado como o mais chuvoso do planeta, apresenta um déficit hídrico que castiga a sua população. Mas esta região não pode ser compreendida de apenas um ângulo. Nesse sentido, o semiárido não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social (Malvezzi, 2007).

Essas populações, em sua maioria, são remanescentes de um processo histórico de exclusão e de desapropriação, que se iniciou com a colonização e se perpetuou até os dias de hoje. A sua construção se deu às margens e em prol das grandes fazendas de açúcar e café, monoculturas que movimentaram por anos a economia do Brasil.

Eram foreiros, moradores de condição, escravos libertos, índios refugiados nas matas depois das investidas dos colonizadores por melhores terras. Hoje, os arrendatários e meeiros engrossam essa categoria social que, de tempos em tempos, modifica as suas relações com os

---

<sup>3</sup> Minas Gerais, Governo de Minas. Regiões de planejamento. 2010. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/geografia/5671-regioes-de-planejamento/69548-as-regioes-de-planejamento/5146/5044>. Acesso: 30 jun. de 2015.

recursos naturais oferecidos pelo semiárido, seja pelas privações decorrentes do processo exploratório, seja pela ação da própria natureza.

Em se tratando de semiárido, o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e preocupa as populações é o clima (Andrade, 1964). A má distribuição de chuvas e a baixa capacidade de retenção hídrica do solo tornam a convivência com o semiárido um desafio a ser superado a cada dia.

Desde a metade do século XX, a questão da seca foi relacionada ao tema desenvolvimento e pobreza. Foi essa associação que deu origem a outro órgão público de atuação regional: a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, com o objetivo de implementar políticas e programas de desenvolvimento do Nordeste, realizar reforma agrária, gerir a irrigação, a colonização dirigida e industrialização na região. Nos primeiros anos, esse órgão apresentou notável contribuição para o desenvolvimento regional, apoiando iniciativas e pesquisas científicas para conhecer a região e formular políticas públicas adequadas ao semiárido.

Porém a realidade foi diversa e políticas de combate à seca foram frustradas. Um exemplo foi a iniciativa da SUDENE em movimentar milhares de famílias de foreiros para a região conhecida como a “Cannã Maranhense”.<sup>4</sup>

Historicamente o problema da seca no semiárido não se restringe tão somente à falta d’água, vai mais além e afeta, diretamente, a cidadania do povo da região, por isso conceituar o semiárido deve envolver suas diversidades, ir além das identificações materiais visíveis e de suas dimensões demográficas ou irregularidades climáticas. Deve ser concebido a partir da trajetória histórica, de seus habitantes e dos regimes agrários que eles souberam ou puderam construir (Andrade, 1964).

Assim, buscando compreender a convivência das populações do semiárido com este ambiente, se destaca a trajetória das famílias da comunidade de Roda D’água, uma comunidade rural situada no município de Januária, MG, região Norte de Minas Gerais.

Ao chegar à comunidade, salta aos olhos como a natureza foi fundamental na organização das famílias no espaço: as disposições das casas sugerem que a forma como elas estão distribuídas em relação ao rio é estratégica para proporcionar a todos da comunidade o acesso partilhado à água.

O nome de Roda D’água foi atribuído à comunidade devido à existência de uma roda d’água que se localizava na fazenda da região. A abundância de água no rio dos Cochos cuidava de tocar a roda d’água na moenda de milho. Existia ainda, um monjolo que descascava arroz, canjica e café, tudo feito com a força da água (Galizoni *et. al*, 2010).

---

<sup>4</sup> Plano quinquenal que visava transferir das zonas secas do Nordeste 5.000 famílias por ano para terras devolutas doadas pelo governo do Maranhão à SUDENE (ANDRADE, 1964).

Como o rio dos Cochos apresentava um volume de água significativo, as famílias produziam cana com irrigação por gravidade e os produtos das lavouras eram vendidos em Brejo do Amparo e Januária/MG.

Antigamente o pessoal fazia isso tudo e vendia. Antigamente era carro de boi, saía com carro de boi daqui, chegava no Brejo do Amparo e vendia tudinho. Não ia nem em Januária mais, vendia tudo lá no Brejo. Levava 10,15 sacos de farinha vendia tudo, não ficava com nada. A rapadura da mesma forma, todo mundo naquela época fabricava rapadura e todos vendiam. Tinha engenho na época aqui, o engenho era tocado com o plantio que era feito nas áreas de água de regra, era tudo por gravidade. E naquela época plantava produzia e vendia. Agora, além de não conseguir mais plantar porque falta água, o mercado também caiu muito (Santos et al, 2010, p.173).

Em Roda D'água, o rio dos Cochos era o responsável por atender a todas essas demandas das famílias. Durante muito tempo o rio fornecia água em abundância não só para beber, mas para todas as atividades existentes dentro da unidade familiar, inclusive irrigação de lavouras de feijão e milho. Um dos agricultores entrevistados relatou que produzia aproximadamente 800 sacos de milho e 700 de feijão em área irrigada com as águas do Rio.

As famílias do Rio dos Cochos eram antes de tudo irrigantes. Contudo, a diminuição do volume da água do rio, provocada pelas ações das reflorestadoras de eucalipto e pelas práticas de carvoejamento de mata nativa, levou as famílias da sub-bacia a realizarem escolhas que culminaram na diminuição da produção de produtos irrigados. Nesse processo de escasseamento da água, a criação de gado foi intensificada pelas famílias, que diminuíram a produção agrícola ao longo do rio. Os produtos mais atingidos foram o feijão, arroz, cana, o milho e os alimentos originados de hortas domésticas (Galizoni *et. al*, 2010).

As estratégias produtivas das famílias de Roda D'água se confundem com a trajetória de escassez do Rio dos Cochos. Ao entrevistar os agricultores sobre a produção na comunidade, o marco divisório apresentado por eles é situado entre: antes “quando a água do rio era forte” e depois “quando o rio começou a não resistir e a água começou a diminuir” (Santos *et. al*, 2010). O rio era o recurso natural identificado como a “espinha dorsal” de todo o sistema produtivo das comunidades localizadas em suas proximidades.

A decisão dos agricultores de Roda D'água pela intensificação da criação de gado foi motivada pela conjunção de dois fatores: um, o manejo tradicional de gado como um aspecto importante na identidade local; outro, a restrição de atividades agrícolas ligadas à utilização da água do rio. A produção de gado praticada na comunidade, como será demonstrado mais adiante, é destinada, principalmente, à manutenção da unidade familiar e sempre associada a outras atividades dentro da unidade produtiva.

As famílias de Roda D'água são, em sua maioria, originárias da própria comunidade. Há uma pequena parcela das famílias (cerca de 10%) que têm origem em localidades próximas, distribuídas igualmente entre as comunidades de Brejo do Amparo, Tábua de Cima e Vargem Bonita, todos do Norte de Minas. Os integrantes das famílias que vieram de outras regiões são em sua maioria mulheres e vieram para Roda D'água por meio do casamento.

As famílias são compostas em média de 5 pessoas sendo que a família menos numerosa é composta por 3 indivíduos e a mais numerosa por 9 indivíduos. Quanto à idade, os membros da família podem ser estratificados em 7 grupos, de 0-10, de 11-20, de 21 – 30, de 31-40, de 41-50, de 51- 60 e, acima de sessenta anos, sendo que nos grupos etários de 11 – 30 anos encontram-se 42% dos agricultores e no grupo etário de 41 – 60 anos 33% dos agricultores.

Observou-se, pela faixa etária dos membros das famílias de Roda D'água, que 75% dos indivíduos compõem a chamada força plena (Woortmann, 1995), ou seja, são aqueles membros que de uma forma ou de outra contribuem para a manutenção do equilíbrio entre consumo e produção na unidade produtiva.

A amostra pesquisada indicou que 67% dos membros da comunidade são do sexo masculino e 33% são do sexo feminino. Entretanto, a causa da maior incidência de homens na comunidade não pode ser identificada.

Às famílias de Roda D'água pode ser atribuído o conceito de família nuclear, considerando que são compostas por pai, mãe e filhos. Nas relações entre os membros das famílias encontra-se a divisão das atividades e jornadas no trabalho produtivo na roça e no trabalho desenvolvido no âmbito da casa, este último geralmente desenvolvido por mulheres e crianças menores.

A principal atividade das famílias da comunidade rural de Roda D'água é a criação de gado para a produção leiteira, atividade realizada por 80% dos agricultores, porém, as ocupações dos membros da comunidade não se limitam à ordenha e pastoreio, são inúmeros os afazeres dos agricultores que se convergem para a criação do gado.

Assim, o plantio de roça aparece como atividade que subsidia a criação, sendo indicada em 93% das respostas dos entrevistados. Como atividades integrantes da “roça” apontaram o “cortar de machado”, a capina, o feitiço e o reparo de cercas.

O “trabalho alugado” ou o trabalho em outra propriedade não é uma opção muito aceita pelos membros da comunidade de Roda D'água, foi indicado por apenas 6% dos agricultores. Os que a indicaram, afirmaram exercer as mesmas atividades desenvolvidas na própria unidade e citaram como “trabalho alugado”, a ordenha, o corte de cana, preparo de ração, capina e reparo de cerca.

A divisão do trabalho no interior da família acontece seja quanto à faixa etária, seja quanto ao sexo. Existe ainda uma distribuição do trabalho realizada por espaço. A exemplo disso a ocupação de “cuidar da casa” apontada por 93% dos entrevistados, é ocupação típica da mulher. Isto não significa que o homem nunca poderá “cuidar da casa”, pois, como foi presenciado, a viagem da mulher, para tratar de problemas de saúde ou visita a parentes, leva o homem a assumir algumas atividades na casa, que não considera como seu ambiente de labor.

No universo da ocupação “cuidar da casa” são compreendidas as atividades: zelar da alimentação dos membros da casa, higiene da morada, cuidado com roupas dos integrantes do grupo familiar. Além dessas atividades de cunho interno, “dentro da casa”, são executadas ainda, tarefas que abrangem o cuidado com pequenos animais, como porcos e galinhas e em alguns casos plantio e manutenção de hortas.

Apesar de predominar o “cuidar da casa” como ocupação quase exclusiva da mulher, esta, desempenha outras atividades no domínio masculino, por exemplo, o plantio da roça. Em Roda D’água, 71% das mulheres afirmaram trabalhar na lavoura. Este aspecto do trabalho feminino nas unidades domésticas de produção também pode ser verificado em Woortmann (1997), uma vez que a mulher além das atividades tipicamente domésticas, compartilha das atividades desempenhadas pelo homem na roça, como capina, plantio e colheita.

Não obstante, executar tarefas típicas do universo masculino, mesmo em grandes proporções, o cuidar da casa não deixa de ser a principal atividade da mulher.

Nas atividades como plantio da roça, feitiço de cerca e manejo do gado, o pai, além do apoio da mulher, é sempre ajudado pelos filhos, salvo na inexistência destes. Não se descartando, ainda, o trabalho da filha, que em 14% das famílias, apoia o pai na “lida da roça”. Em referência aos filhos menores, estes apesar de estarem em idade escolar, não se eximem de trabalhar, executando atividades no sítio da família tanto na roça quanto na criação de gado, como a busca dos animais no pasto, a reposição de ração, e até o apartamento dos animais ao entardecer<sup>5</sup>.

A gestão da força produtiva na agricultura familiar é estratégia que busca viabilizar o equilíbrio entre demanda por recursos e sua produção dentro da unidade produtiva. Os conceitos de força plena e força marginal transcendem o critério de idade e sexo e transitam na órbita do “saber fazer” da lógica produtiva do agricultor (Woortmann, 1997).

A força de trabalho da criança é importante para a unidade produtiva a partir do momento que a mesma domina os saberes produtivos da agricultura. Aí a “força marginal” que se destaca pela sua menor importância se transforma em força plena e passa a ser considerada um bônus no equilíbrio entre demanda e produção na unidade produtiva.

---

<sup>5</sup>A divisão do trabalho na unidade familiar de produção, conforme verificada neste trabalho, é encontrada em estudos clássicos como de Heredia, 1979; Garcia Jr. 1983; Woortmann e Woortmann, 1997.

Assim, como os camponeses alemães do início do século XX, os agricultores se utilizam de atividades não agrícolas como mecanismo viabilizador de seu equilíbrio econômico (Kautsky, 1972).

Não encontrando emprego na unidade de exploração, a família se volta para outras atividades, como artesanato, comércio e atividades não agrícolas, objetivando estabelecer o equilíbrio econômico com as necessidades da família (Chayanov, 1974).

Em Roda D'água foi possível verificar ocorrência da pluriatividade como estratégia familiar. A execução de atividades fora da compreensão do que seria tipicamente rural, como manejo do gado ou rotinas relacionadas à lavoura, foi informada por 40% dos entrevistados. Dentre as condutas apontadas, 50% dos agricultores informaram exercer funções relacionadas ao laticínio enquanto os demais agricultores informaram como ocupação o serviço público municipal em escola de comunidade rural, o trabalho em casa de família e o ofício de tratorista, que apesar de realizados na própria comunidade, foram indicados como atividades profissionais não relacionadas à própria unidade produtiva.

O uso de ações agrícolas combinadas com atividades não agrícolas integra as estratégias de reprodução social do campesinato, além de evitar dependências de círculos bancários (Van der Ploeg, 2008).

O principal recurso natural do qual depende o campesinato, é a “terra” que, em conjunto com os fatores climáticos, é um dos pontos de estrangulamento na estratégia reprodutiva dos agricultores do semiárido (Silva, Galizoni e Ribeiro, 2012). A escassez de terra representa um dos problemas fundamentais enfrentados pelos agricultores (Heredia, 1979). O recurso natural “terra” determina não só a moradia, mas também o que plantar, o que criar e onde criar.

Com os agricultores de Roda D'água a história não é diferente, a produção da unidade produtiva se baseia, principalmente, na disponibilidade de terras. De acordo com a formação histórica da comunidade, informada pelos entrevistados, a partilha das terras e a formação dos respectivos lotes, deram-se principalmente pela herança, o que aconteceu em decorrência do crescimento das famílias. Assim, a herança é a forma principal de acesso à terra, seguida por alienação (compra e venda), posse e arrendamento.

Em Roda D'água, verificou-se um grande percentual de agricultores que executam suas atividades na terra dos pais (53%), seja porque os pais ainda sem encontram vivos, seja porque a herança ainda não teria sido partilhada. Além daqueles, 20% dos agricultores declararam ter adquirido a terra mediante herança na qual a aquisição da terra se deu de forma plena, uma vez que a herança se processou de maneira definitiva. A alienação, ou seja, a compra da terra, foi relatada por 20% entrevistados e a doação apareceu na proporção de 7%.

Em Roda D'água o acesso à terra independe de regularidade de título. Esta informação é importante, pois retrata uma realidade de comunidades rurais brasileiras, constantemente investigada em estudos sobre populações rurais.

Para os sítiantes os direitos sobre a terra não passam pelo cartório, mas derivam do trabalho. Era a 'terra de trabalho', expressão que encerra um conjunto de significados morais (Woortmann, 1997, p. 19).

O comércio de terras na comunidade não é uma constante. Parte das terras estava sendo utilizada pelos agricultores em quinhões<sup>6</sup> próprios e comuns; porém, ainda na propriedade de seus pais e sendo, neste caso, o contrato de arrendamento uma estratégia de formalizar a posse frente a instituições de financiamento.

É importante salientar que, apesar da ausência de título de domínio, 73% dos agricultores entrevistados afirmaram trabalhar em sua própria terra. Isso pode ser explicado pelo fato de que, apesar de trabalharem nas terras dos pais, os agricultores se consideram futuros donos daquela parte da terra onde exercem suas atividades agrícolas, uma espécie de adiantamento da herança: as atividades que os agricultores desenvolvem nas terras dos pais, eles o fazem em uma porção de terra que futuramente, acreditam, pertencerá a eles.

O trabalho como forma de acesso à terra não é um privilégio da comunidade em estudo. A oposição do trabalho ao título de domínio é forma de garantir a permanência na terra e se afirmar frente a terceiros como agricultor.

A posse que se materializa com o trabalho tradicionalmente realizado na terra, reafirma a condição de posseiro e sua perpetuação se evidenciava pela positiva oposição desta ao título de domínio. A posse nesse ambiente é concebida como direito que compõe a identidade social de seus agentes. Essa característica, que a posse carrega, é a própria identidade do produtor que luta pela autonomia no cultivo e pela liberdade que se configura com a posse da terra. Nesse sentido, o lavrador só é autônomo quando se é dono da terra com o sentido que lhe é imputado e reconhecido pelo mundo social que o envolve. O que configura a titularidade de determinado pedaço de chão é justamente o contrato informal experimentado e reconhecido pelos membros do conjunto social (Paoliello, 1998).

Quando 27% dos agricultores declaram trabalhar em outras terras, esta afirmação deve ser interpretada em dois sentidos: o primeiro é que a terra onde se trabalha, apesar de estar incluída na propriedade dos pais ou ainda estar no "bolo"<sup>7</sup> da família, é terra destinada a outro irmão; o segundo sentido mencionado, se refere ao arrendamento, que neste caso de fato é uma terra à parte, distinta das pertencentes ao domínio da família dos pais.

---

<sup>6</sup> Quinhões – termo utilizado para designar parte destinada ao pagamento de herdeiro em Inventários

<sup>7</sup> Para definição de "terra do bolo", ver Galizoni (2007).

O tamanho e a qualidade da terra ditam as regras de seu uso em Roda D'água, sendo que na comunidade em estudo, a terra apresenta quatro principais finalidades produtivas: lavoura, pasto ou “manga<sup>8</sup>” - como noticiam os agricultores - capineira ou canavial e reserva, que em alguns casos se confunde com a solta (Silva, Galizonni e Ribeiro, 2012).

Com relação à qualidade da terra, foi possível identificar uma classificação singular na comunidade, baseada na identificação da terra para lavoura. A terra boa, é designada de “terra de barro”, também chamada por alguns de “mata”; já a terra ruim para o plantio de lavoura é identificada como arenosa, identificada como chapada ou cerrado. Os adjetivos atribuídos à terra pelos agricultores são variados, mas se destinam sempre a identificar suas propriedades associadas aos fins a que, possivelmente, se destinam e a sua fertilidade: [...] *a terra de barro ou terra boa se for gradeada, tombada, segura mais a água; a terra de areia é fraca, não segura a água e por isso não produz* (A.P.S, 2009) .

Essa classificação não é orientada por composições físico-químicas do solo, mas pelo saber do agricultor que, a partir da classificação, destina o uso da terra de acordo com suas necessidades. A “terra boa” é usada para o cultivo das lavouras e coleta de frutos como o umbu, enquanto na “terra ruim” são coletados alguns frutos típicos da região como cajuí, pequi dentre outros, que serão objeto de análise mais adiante.

Assim como na classificação da terra, o saber tradicional é determinante na unidade produtiva das famílias de Roda D'água, em especial no que se refere ao cultivo da lavoura.

O saber ambiental e produtivo acumulado pelos agricultores de Roda D'água, na lida com as características do semiárido, lhes permite a adequação do suprimento de suas necessidades produtivas às intempéries da natureza. A lavoura segue a lógica do “tempo”: o período de trabalho familiar com o plantio se inicia em novembro se estendendo em alguns casos, até junho.

Mas o marco divisório dessa percepção é a chegada das “águas” - estação anual das chuvas. Esse fenômeno, “as águas”, é tão significativo para o agricultor, que chega a ser tão importante quanto a terra em si. É com base nas “águas” e em sua quantidade e intensidade que os agricultores se programam ou, pelo menos, tentam programar melhor as estratégias produtivas a serem adotadas para o ano agrícola que se iniciará.

Durante todo o ano os agricultores se ocupam na unidade produtiva e, em relação à lavoura, o emprego da força produtiva se inicia com a chegada das “águas” que depende das condições climáticas, podendo vir a iniciar no mês de outubro e, no mais tardar, final de novembro. Com o início do período chuvoso começa também o preparo da terra para o recebimento das sementes e das chuvas que definitivamente garantirão a colheita do próximo ano, e isso ocorre em

---

<sup>8</sup> “Manga” é o termo utilizado pelos agricultores da comunidade de Roda D'água para conceitua a área destinada a pastagem do gado que permanece nas terras próximas à casa.

dezembro e janeiro. Durante todo o período das “águas” os agricultores ficam ligados às atividades da lavoura, como a limpeza e a capina, além dos reparos nas cercas que manterão o gado distante da lavoura.

A decisão sobre o que plantar, onde plantar e como plantar é condicionada pela retrospectiva de como foi o ano agrícola passado. Para se projetar o próximo ano, busca-se apurar o que se plantou e colheu, o quanto a chuva ajudou naquele ano e o quanto a irregularidade de chuvas interferiu no sistema produtivo. A safra passada dá a base para a safra futura.

Na comunidade de Roda D'água, o preparo da terra para o recebimento das sementes segue duas práticas. A primeira, é a utilização do trator e a grade para misturar a terra. Esta prática foi usada no ano de 2009 por 53% das famílias, destas, 40% utilizaram o trator da comunidade, enquanto que 13% dos agricultores usaram o trator da própria família. Nos casos em que o trator utilizado foi o da associação comunitária, as famílias tiveram de conviver com dificuldades de planejamento e indisponibilidade do equipamento em determinadas épocas. Isso porque no período que antecede a chegada das “águas” os agricultores são obrigados a racionalizar o uso do trator para possibilitar o atendimento ao máximo de produtores naquele período: são muitas as famílias a serem atendidas no mesmo período, o que cria problemas e escolhas de logística. Essa dificuldade não é vivenciada pelos agricultores que possuem o trator.

A lógica de utilização do trator segue a disponibilidade deste instrumento na comunidade. Como só existe um trator comunitário e a época de preparo da terra dos agricultores segue a mesma dinâmica da natureza, ou seja, “as águas”, os agricultores procuram não se vincular ao trator comunitário, preferindo, portanto iniciar os trabalhos na terra com as forças do trabalho familiar disponíveis. Assim, o uso do trator e da grade não é a única forma de preparo da terra. Existe outro manejo para essa etapa da lavoura, também largamente utilizado: 47% dos agricultores informaram que usam a força de trabalho dos membros da família e instrumentos mais tradicionais como enxadão, a enxada: O preparo da terra é feito na foice e com o enxadão. Com o enxadão a profundidade da cova seria suficiente enquanto com a matraca a cova fica rasa” (B. M. B, 2009).

A força de trabalho da família é empregada na produção da lavoura, da qual é retirada parte do sustento da unidade produtiva e a alimentação dos animais.

As famílias de agricultores combinam técnicas convencionais de agricultura, a saber, a utilização de trator e implementos como formas tradicionais de agricultura, o preparo da terra com instrumentos manuais. O uso do trator representa principalmente a economia de trabalho, de tempo da família e a possibilidade de preparar uma maior área para lavoura. Apenas um agricultor afirmou usar adubos no cultivo do sorgo. Os demais agricultores não declararam o uso de produtos agroquímicos.

A escassez de terras em decorrência das sucessivas partilhas e, principalmente, a falta de terras de qualidade para o cultivo da lavoura, intensificou a produção nas terras de melhor qualidade. Na opinião dos agricultores, essa é uma das causas do enfraquecimento da terra, o que leva a diminuição da produção a cada ano. [...] *a terra é fraca e cansada, pois é pouca terra e vai trabalhando, trabalhando e enfraquece a terra* (G. B. S, 2009).

Segundo os agricultores, a colheita dos produtos da lavoura, quando não efetuada por meio de trator, é realizada por todos os membros da família e essa é a atividade que fecha o ciclo das ocupações durante o período das “águas”.

Com o fim das “águas” se inicia o período de colheita que, de acordo com os agricultores, dependerá de quando se iniciou o período das “águas”, porém, certamente no mês de maio até início de junho todos os produtos da lavoura já foram colhidos e então a palhada está apta a receber o gado que estava na manga e na solta.

Dos agricultores entrevistados, 93% fazem “roça” todo ano. Entretanto, a lavoura é encarada produtivamente de forma “secundária”, pois a principal atividade da comunidade, como já foi afirmado, é a criação de gado para a produção de leite. Os produtos da lavoura são para o consumo das famílias e o remanescente para a alimentação dos animais.

A terra destinada ao plantio da lavoura é de preferência a “terra de barro” ou “terra boa”. Nesta terra mais argilosa é feita a roça de milho, feijão, mandioca, fava, abóbora, feijão de corda e melancia; também nela é cultivado o sorgo para a alimentação bovina. Mas nem sempre os agricultores dispõem desse tipo de terra para o cultivo. Nesses casos, eles estão obrigados a cultivar suas lavouras em terras consideradas por eles como piores.

Na lavoura o plantio do milho foi preferência para 100% dos agricultores. O milho se mostrou como um produto de grande importância para a dinâmica produtiva dos agricultores, isso porque ele apresenta um aspecto de alternatividade (Garcia Jr., 1983), ou seja, tem multiuso: alimenta a família, serve à criação de animais e encontra facilidade de disposição para a venda. Seu cultivo pode ser isolado ou em consórcio com o feijão, mandioca, fava, abóbora, feijão de corda e a melancia.

Essa característica da lavoura consorciada também foi observada nos estudos clássicos (Herédia, 1979 e García Jr., 1983), que no cenário do semiárido nordestino, além das peculiaridades do acesso à terra e de seu uso, o agricultor se especializa em utilizar melhor as propriedades da terra, isso porque, quando ela é pouca, o seu manejo se opera por meio da associação e da sucessão de cultivos.

A maioria dos agricultores de Roda D’água não comercializa os produtos da lavoura; somente 7% das famílias entrevistadas declararam que vendem o excedente. O destino dos produtos

da lavoura é variado, mas em primeiro lugar os produtos são destinados ao consumo dos membros da família e à alimentação dos animais no período da seca.

Essa peculiaridade das famílias de Roda D'água, se identifica com as características da economia camponesa descrito em estudos russos do século XX (Chayanov, 1974).

Os agricultores repartem a terra para atender às suas necessidades produtivas: lavoura, capineira para ração dos animais, “manga” ou pasto e reserva.

Em Roda D'água, em média 20% dos agricultores destinavam aproximadamente 40% das terras que possuem para o cultivo de lavouras; 80% dos agricultores destinam cerca de 60% da terra à pastagem ou “manga”. A organização dessa repartição produtiva confirma que o centro do sistema de produção familiar é a criação de gado, mas sempre articulado com a lavoura. A lavoura serve aos preceitos da criação de gado.

A impossibilidade do regadio na seca é um fator importante na reorganização produtiva das famílias e na subordinação da lavoura ao gado. O processo de escassez da água tem levado as famílias cada vez mais a serem pecuaristas.

Além das características típicas de comunidades tradicionais já apresentadas, como a classificação, uso da terra e o cultivo da roça, o sistema de criação de gado em Roda D'água também se opera nos moldes da criação tradicional de gado.

O gado, em conjunto com outras atividades produtivas, como o milho, cana-de-açúcar e algodão, sempre foi uma das principais atividades dos agricultores de Roda D'água (Herédia, 1979). O gado predominante é o Girolando Leiteiro que compartilha espaço com outros mestiços. O gado é dividido entre “gado bom”, “forte”, e “gado mais fraco”. Essa classificação de “fraco” se refere ao gado de leite, que precisa receber um trato melhor, na “manga” e no curral e que não resistem à viagem até a “terra de solta”. Já o gado “bom” ou “forte” é o mestiço com nelore e o gado solteiro que exigem menos cuidados nas “águas”, uma vez que neste período são levados para a terra de solta e se alimentam de pastagens naturais.

O gado, de início, segundo os agricultores, era um gado mais rústico, alguns designam “misto”, ficava meses na solta e suportava a caminhada de ida e volta. As vacas paridas e as novilhas de idade mais avançada permaneciam com o touro nas “mangas”.

O destino do gado nas unidades não tem só importância na produção de leite, mas há também sua relevância como capital investido. Isso porque, quando questionados sobre o surgimento de situações de necessidades financeiras, os agricultores foram unânimes em afirmar que dispõem de algum gado para a composição de recursos. Na precisão, a preferência para a venda é o bezerro de ano que sempre fica na espera de melhor preço, porém, se for necessário, é prontamente vendido. As vacas se apresentam também como alternativa, no entanto, só em último

caso, uma vez que na urgência, tendem a vender para açougues, nunca chegando ao preço que os agricultores acreditam que o animal vale. A vaca de qualquer forma, sempre é vendida. Quando o valor apurado não é para uma situação emergencial, a venda tem o propósito de renovar o rebanho. Afirmam os agricultores que a vaca de aproximadamente 12 anos é considerada “velha”; então, é vendida em prol da aquisição de novilhas. O mesmo acontece com o bezerro, que se chegar a um ano é vendido para a aquisição de novilhas.

Uma característica bem marcante em Roda D’água é o modo como os agricultores articulam a agricultura, pecuária e extrativismo. A gestão e o uso da terra não ocorrem de forma isolada da criação dos animais ou da coleta de frutos da natureza. Essa singularidade é mais evidente quando os agricultores mais idosos ou os mais novos revelam repetir as práticas de seus pais e avós e relatam o sistema como criam o gado.

Na comunidade, a criação do gado se dá em três paisagens durante o ano, “solta” (terreno usado em comum), “manga” (espécie de piquete formado de pasto) e curral; a utilização de cada modalidade depende, mais uma vez, do tempo das “águas”. No início das “águas”, o gado é levado para “a solta”, no final desta estação o gado retorna às unidades sendo que em alguns casos retorna sozinho, fato favorecido pelo costume sistemático do uso da mesma terra de “solta”. Ao retornar, o gado é levado para a área que foi destinada à lavoura naquele ano, denominada pelos agricultores como “palhada”.

Esta transição do gado de uma área para outra condicionada à disponibilidade de terras e à periodicidade das chuvas, também foi identificada em estudos realizados no estado de Sergipe, por Ellen Woortmann e Klaas Woortmann (1997), onde “após a colheita, transferia-se o gado para o espaço da roça, onde se alimentava da palha (restolho)”, estratégia também identificada por Andrade (1974).

Caso não haja essa possibilidade, o gado vai direto para a “manga”, onde, segundo os agricultores, as sementes do pasto já estão caindo e a presença do gado favorece a melhoria do pasto. Por fim, esgotada a “palhada” e a “manga” o gado é tratado no curral com a ração de milho, cana e capineira produzida na própria terra.

Nesse sistema, os agricultores precisam combinar duas terras para criarem seu gado, terrenos que se apresentam com características distintas no que diz respeito à sua forma de domínio: uma é a “própria terra”, a outra, é a “terra de solta”.

A “própria terra” é o termo utilizado pelos agricultores para se referir à parcela de terra dentro da sua unidade produtiva. Essa parcela de terra, onde o gado é criado, é identificada pelos agricultores como “manga”, conceito que os agricultores atribuem a uma espécie de piquete formado de pasto.

A “manga” é, em sua maioria, constituída de “terra de barro”, ou “terra boa”. Sua localização é privilegiada, situada próxima à casa de morada e é destinada ao gado de leite. Em determinados anos, a “manga” também é destinada ao cultivo de lavoura, como milho e feijão de corda. Nessas ocasiões, a “manga” se transforma primeiro em lavoura e depois em “palhada”, o que ocorre após a colheita da cultura, isto é, nos meses de maio e junho, período no qual o gado solteiro retorna da terra de “solta”.

Na “própria terra” é que os agricultores cultivam suas roças e criam não apenas o gado, mas também os cavalos e carneiros. Além das criações, na “manga” também são cultivadas outras culturas que servem de alimento para o gado e outros animais na seca. Nestas áreas são plantados capins, como *Andropogon (Andropogon gayanus* cv. Planaltina), Napier ou Elefante (*Pennisetum purpureum* CV. Napier schum) e a cana-de-açúcar, todos eles, juntamente com o milho, são responsáveis pela alimentação dos animais no período da “seca”.

A área de “solta” pode situar em dois lugares distintos. Pode estar associada à “própria terra”, porque alguns agricultores identificaram como área de “solta” a terra em comum na família, ainda não repartida entre os herdeiros ou aquela da qual o herdeiro não tomou posse ainda. Esta “solta” familiar encontra-se nas proximidades da “própria terra”, sendo usada somente para solta de gado, uma vez que o herdeiro pode reclamar a terra a qualquer momento e levar o agricultor a perder o que tentou produzir na terra.

Na comunidade Roda D’água, existe ainda outra terra destinada à “solta” do gado; a esta, os agricultores dão os nomes de: “solta da firma”, “terra devoluta”, “terra de ausente”. Esta “área de solta” (Woortmann 1997), de acordo com as famílias, é de grande extensão, mas não souberam precisar com exatidão o tamanho, sugeriram que pode ter aproximadamente 20.000 ha. A área é composta de terra classificada por eles como de “chapada”; junto com a solta de gado, ainda é utilizada como área de extrativismo, coleta de frutos e lenha.

Os agricultores informaram que a “área de solta”, “solta da firma”, é usada há várias gerações, muito antes dela se tornar propriedade particular. A área serve não só à Roda D’água, mas é usada também pelas famílias das comunidades de Sambaíba, São Bento, Baruzeiro, Tejuco, Macaúbas, Cabeceiras, Pandeiros, toda localizadas na Região Norte de Minas Gerais. O uso da área não é regulamentado por nenhuma norma formal, mas emergem acordos tácitos, morais, de utilização da terra que são respeitados por todos. Os que danificam ou depredam a área são repreendidos duramente pelos próprios usuários.

O manejo do gado na “solta da firma” ocorre da seguinte forma: os agricultores levam o gado à área de solta; o gado se acomoda em uma parte sistematicamente ocupada por eles.

Permanecem ali, no mesmo “logradouro”, durante todo o período das “águas” e, ao final dessa estação, retornam para as terras de origem.

O principal motivo que leva os agricultores a usarem a “terra de solta” é a necessidade de descanso das “mangas” na “própria terra”. Mas o desaparecimento de cabeças de gado na área de solta desestimulou a prática de deslocamento do gado para lá.

O gado que vai para a “área de solta” é o gado comum–nelore e “nelorado”, que, segundo os agricultores, suporta a caminhada. O gado mestiço - que é a mistura de nelore com Girolando e “curraleiro”, gado “bom”- fica no pasto na comunidade. A “vaca preta” – identificado como gado de leite também não vai para a área de solta.

Esse processo pendular se inicia em outubro e termina em maio. É em maio também que as colheitas das roças estão sendo concluídas e o gado que retorna juntamente com o que estava nas mangas permanece na “palhada” por período de mais ou menos quatro meses.

O que se observa é que a possibilidade de utilização da área de “solta da firma” é uma estratégia que possibilita ao agricultor diversificar a utilização da “própria terra”, seja recuperando a “manga”, seja alternando as culturas da lavoura. É importante levar em conta que a disponibilidade de terra para alguns agricultores é reduzida e a ausência desta “área de solta” impossibilitaria a criação do gado e de outros animais.

A solta representa a possibilidade de uso de um conjunto de recursos da natureza. O uso “em comum” de recursos da natureza é fundamental para que as famílias possam ampliar suas estratégias reprodutivas e partilhar possibilidades produtivas. Mas se o uso é comum, o domínio não o é. É importante observar como esse recurso da natureza, a “solta”, é gerido pela comunidade.

A utilização da área de solta é pacífica apenas perante seus usuários, mas a relação com os supostos proprietários é instável, sendo que os agricultores relataram inclusive o derrubamento de cercas como estratégias de manutenção da posse. Isso porque, após o impulso desenvolvimentista que se operou no país a partir da década de 70, principalmente com incentivos públicos à prática de atividades de monoculturas como eucalipto, algodão, pecuária e carvoejamento de vegetação nativa, possibilitou a apropriação por grandes empresas de terras tradicionalmente utilizadas em comum por comunidades rurais (Ribeiro, 2010).

Esses acontecimentos atingiram diretamente a comunidade de Roda D’água, uma vez que a área utilizada por várias gerações pelos agricultores da comunidade foi apropriada por uma dessas empresas de reflorestamento. A partir do ano de 2000, a firma teria desistido das suas atividades na região, entretanto, mantendo seu domínio formal sobre a terra. A terra ficou “parada” e a comunidade reativou seu uso como área comum: a “solta da firma”.

O uso da terra no semiárido envolve um conjunto de estratégias que possibilitam ao agricultor uma melhor convivência com o ambiente. Isso se manifesta na proposta coletiva de gerir recursos naturais, como nos casos da utilização das soltas em comunidades e na sua regulamentação (Sabourin, 2008). Para os casos específicos de formalização e regulamentação dos usos coletivos, ou ainda, no melhor aproveitamento do solo e de suas propriedades (Herédia, 1979 e Garcia Jr., 1983).

Questionar os agricultores de Roda D'água sobre criação é querer ouvir, em primeira mão, informações sobre o gado de leite. Mas ocorre que na comunidade existem outros tipos de criação considerados em “segundo plano” pelas famílias, sendo, entretanto, significativos para o equilíbrio das estratégias produtivas desses agricultores.

Assim como acontece com o gado, os outros animais são mantidos de acordo com a disponibilidade de terra para tal destino, o que em alguns casos impossibilita o agricultor de ter animais além do que suporta sua terra.

O modo de criação desses outros animais varia de acordo com a necessidade da criação e com a possibilidade do agricultor. Esses animais são em sua maioria criados na área denominada de “terreiro” que se localiza nas proximidades da casa de morada e varia de acordo com o tamanho da unidade produtiva.

As famílias se dedicam à criação de vários animais, principalmente os de manejo menos complexo como é o caso das galinhas que são criadas em galinheiros com áreas que variam de 4 a 10m<sup>2</sup> ou soltas no terreiro da unidade produtiva. Carneiros e cavalos são criados juntamente com o gado que fica na “manga” próximo à morada, enquanto os porcos são criados em chiqueiros que medem de 3m<sup>2</sup> a 30m<sup>2</sup>.

Os agricultores esclareceram que galinhas, cavalos, porcos e carneiros são animais criados todos os anos e o ano inteiro, sendo que sempre é possível encontrar um frango ou porco pronto para o abate. Todos os agricultores afirmaram que os animais não são criados para comercialização. Porém, declinaram que havendo oferta, algumas dessas crias podem ser comercializadas, como é o caso do frango ou dos porcos, mas o objetivo maior das criações do terreiro é o abastecimento da unidade familiar.

Outra importante característica de comunidades tradicionais e comunidades camponesas é a sua relação com o meio ambiente, assim, indiferente do período do ano agrícola, seja na “seca”, seja nas “águas”, os agricultores distribuem seu tempo no campo, lavram a terra, alimentam o gado, colhem os produtos da lavoura, dedicam-se a atividades não tipicamente rurais e também se revestem na figura de extrativistas (Silva, Galizoni e Ribeiro, 2012).

Das famílias entrevistadas, 80% informaram que o extrativismo é realizado por todos os membros da família ou, em algumas vezes, pelo pai e filhos em conjunto e, em poucas vezes, apenas o pai é responsável pela coleta de produtos.

Ao buscar compreender a lógica de coleta praticada pelo agricultor, foi possível estabelecer uma ordem de frutos coletados segundo sua oferta pela natureza durante o ano e a sua disponibilidade de acordo com o tipo de terra em que é encontrado.

Com exceção dos meses de junho, julho e agosto, o agricultor de Roda D'água tem a possibilidade de exercer a coleta de frutos durante nove meses. Esses meses podem ser divididos em dois períodos, compreendidos de janeiro a maio e de setembro a dezembro, sempre considerando que alguns frutos estão disponíveis por um período de quatro meses como é o caso do pequi que pode ser coletado de dezembro a fevereiro ou como é o caso da cabeça-de-nego que pode ser encontrada de janeiro a maio.

Os frutos resultados do extrativismo são destinados ao consumo da família, não havendo na comunidade a prática de comercialização destes produtos. Questionados sobre o que dificultava a comercialização destes produtos, os agricultores apontaram o transporte como um grande obstáculo, o acesso à comunidade que é via estrada de terra e irregular. Foi mencionado ainda que o tempo dispensado ao trato dos animais dificultaria a coleta de frutos em escala que compensasse a venda (Silva, Galizonni e Ribeiro, 2012).

Assim, o extrativismo é estratégia importante na dinâmica dos agricultores de Roda D'água, apesar de não figurar como elemento negociável, compõe a dieta das famílias, contribuindo para a soberania alimentar em Roda D'Água.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho buscou identificar, na Região Norte de Minas Gerais, a presença de modos de vida tradicionais e campesinato, expressões da condição camponesa. Também é significativo na medida em que contribui para a compreensão da lógica produtiva das comunidades rurais desta região do Brasil.

Observou-se, assim como em outros estudos rurais desenvolvidos em diversas partes do território brasileiro, a presença de modos de vida tradicionais, em especial, relacionadas ao campesinato, evidenciando os saberes tradicionalmente transmitidos, o manejo da terra, o modo de criar, a gestão econômica camponesa e outras estratégias que compõe a complexidade da unidade camponesa de produção.

A resiliência é característica marcante dos sujeitos sociais aqui tratados, a capacidade de resistir e se reproduzir no ambiente propício à reestruturação do capital é o que leva a reconhecê-los

como sujeitos de transformação do campo brasileiro e deflagradores de debates cada vez mais intensos sobre a Questão Agrária e suas dimensões.

Evidenciar a existência de unidades camponesas no agrário brasileiro é impor ao projeto hegemônico proposto para o campo, um obstáculo intransponível, forçando cada vez mais concessões que reafirmam a resistência do campo e o reconhecimento da trajetória destas populações.

Trajetórias que não se apagam com a reclassificação institucionalizada destas figuras sociais que, apesar de lançar mão de estratégias reprodutivas tradicionais, convivem com o moderno e se reproduzem na conflitualidade apresentada pelo próprio sistema de produção capitalista.

### REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. (1964), *A Terra e o Homem no Nordeste*. 2ª ed, São Paulo, Brasiliense.

BRANDÃO, C. R.(1986), *O ardil da ordem: Caminhos e armadilha da educação popular*. 2 ed, Campinas, Papyrus.

CHAYANOV, A. V. (1974), *La organización de la unidad económica campesina*. Tradução de Rosa Maria Rússovich. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión.

COLEHO, M. A. T. (2005), *Os Descaminhos do São Francisco*. São Paulo, Paz e Terra.

FEITOSA, A.M.A; BARBOSA, R.S. (2006), *A dinâmica de luta pela terra no norte de minas gerais*. In FEITOSA, A.M.A; ZUBA, J.A.G; CLEPES JUNIOR, J. (orgs.). *Debaixo da Lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil*. Goiânia, Editora. da UCG,.

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M.; NORONHA, A. B.; SILVESTRE. L. H.; REIS, R. P. (2010) *Água dos Gerais*. In: *História dos Gerais*. (Org.) RIBEIRO E. M.. Belo Horizonte/MG, Editora UFMG.

GALIZONI, F. M. (2005), *Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas - Tese de Doutorado*. UNICAMPI. Campinas, SP, 2005.

## **Brazilian Journal of Development**

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M.; LOPES JÚNIOR E. C.; CHIODI, R. E.; REIS, R. P.. (2008), Agricultura familiar: água e estratégias produtivas no Rio dos Cochos, campos gerais de Minas. XLVI Congresso Brasileiro de Economia Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, ACRE, 20 a 23 de julho de 2008.

GARCIA JUNIOR, A. R. (1989) O sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília, Editora UNB/MCT/CNPq.

GARCIA JUNIOR, A. R. (1983) Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GARJULLI, R. (2003) Os recursos hídricos no semi-árido. Cienc. Cult. [online]. v. 55, n. 4, pp. 38-39. ISSN 0009-6725.

GODOI, Emília Pietrafesa. (1999) O Trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão de Piauí. Campinas: Unicamp,.

GONÇALVES NETO, W. (1997) Estado e agricultura no Brasil. São Paulo, Hucitec.

HEREDIA, B. M. A. (1979) A morada da vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KAUTSKY, K. (1972) A questão agrária. Porto, Portucalense Editora.

LAMARCHE, H. (1997) A agricultura familiar: do mito à realidade. Campinas, Editora da UNICAMP.

LÊNIN, Vladimir Ilich. (1899) O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo, Nova Cultural.

LINS, C. J. C. (2008), Nova Delimitação da Região Semiárida do Brasil. Ministério da Integração Nacional. Recife. Disponível em: <  
[http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=0aa2b9b5-aa4d-4b55-a6e1-82faf0762763&groupId=24915](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0aa2b9b5-aa4d-4b55-a6e1-82faf0762763&groupId=24915) >. Acesso em: 13 mai. 2014.

MALVEZZI, R. (2001) Fazer Água. In: Cáritas Brasileira e Comissão Pastoral da Terra – FIAN/Brasil. Água de Chuva – o segredo de conviver com o semi-árido brasileiro. São Paulo, Paulinas.

\_\_\_\_\_, (2007), Semi-árido - uma visão holística. - Série Pensar o Brasil e Construir o Futuro da Nação. Brasília, CONFEA.

MARTINE, G. (2007), O lugar do espaço na equação população/meio ambiente. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. v. 24, n2. P181-190. Jul/dez. São Paulo. SP.

MARTINS, J. de S. (1990), Os camponeses e a política no Brasil. 4ª Ed. Petrópolis: VOZES.

MATTEI, L. (2007), Políticas de Apóio à Agricultura Familiar no Brasil: O Caso Recente do Pronaf. Revista Econômica do Nordeste. vol. 38, n. 1, jan/mar, Fortaleza.

MAZZETTO SILVA, C. E. (1999), Desenvolvimento e Sustentabilidade Nos Cerrados: o caso do sertão norte-mineiro. In: IV Encontro Nacional da Rede Cerrado, Montes Claros/MG.

MENDRAS, Henry. (1978), Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

MINAS GERAIS, Governo de Minas. Regiões de planejamento. 2010. Disponível em:< <https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/geografia/5671-regioes-de-planejamento/69548-as-regioes-de-planejamento/5146/5044>>. Acesso: 30 jun. de 2015.

MOURA, Margarida Maria. (1978), Os Herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural. São Paulo, HUCITEC.

NASCIMENTO, A. M. (2006) População e família brasileira: ontem e hoje. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú- MG – Brasil, de 18 - 22 de Setembro de 2006. Disponível em: [ww.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_476.pdf](http://ww.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_476.pdf)

PAOLIELLO, R. M. (1998) Estratégias possessórias e constituição de espaços sociais no mundo rural brasileiro: o contexto da Baixada do Ribeira. In: Além dos Territórios: para um diálogo entre a

etnologia indígena os estudos rurais e os estudos urbanos. (Orgs.) NIEMEYER, A. M; GODOI, E. P. Campinas/SP, Ed. Mercado de Letras.

PERONDI, M. A. RIBEIRO, A. E. M. (2000) A Estratégia de Reprodução de sítiantes no Oeste de Minas Gerais e de Colonos no Sudeste do Paraná. Disponível em: [http://purl.umn.edu/43292\\_revista\\_v2\\_n2\\_jul-dez\\_2000\\_1.pdf](http://purl.umn.edu/43292_revista_v2_n2_jul-dez_2000_1.pdf).

POLLETO, I. (2001) Da indústria da seca para a convivência com o semi-árido Brasileiro. In Cáritas Brasileira e Comissão Pastoral da Terra – FIAN/Brasil. Água de Chuva – o segredo de conviver com o semi-árido brasileiro. São Paulo, Paulinas.

PRADO JÚNIOR, Caio. (1942), Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Brasiliense.

RIBEIRO, E. M. (2010) As Histórias dos Gerais. In: História dos Gerais. (Org.) RIBEIRO E. M. Belo Horizonte, Editora UFMG.

RIBEIRO, E. M. GALIZONI, F. M. (1998), Catira de gado e ocupações não-rurais: duas alternativas de reprodução de produtores de leite do Oeste de Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, 1998, Poços de Caldas. Anais... Brasília: SOBER, p.953-964

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; SILVESTRE, L. H.; CALIXTO, J. S.; ASSIS, T. P.; AYRES, E.B. (2007) Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no alto Jequitinhonha. In: Revista de Economia Rural, vol. 45, n.04, p. 1075-1102, out/dez 2007. Rio de Janeiro. R J: 2007.

SABOURIN, E. (1999), Meio ambiente e sustentabilidade da agricultura familiar no semi-árido Nordeste. In: Raízes, ano XVIII, nº 20, Nov. p. 132-143.

SABOURIN, E. (2008), Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro, Revista Tempo da Ciência, Vol. 15, nº 29: 57-72.

SANTOS, A. J.; VIANA, A. L.; MATOS, J. G. R.; SOUZA, J. B.; PACHECO, J. M. S.(2010) O rio, o lugar e a história. In: História dos Gerais. (Org.) RIBEIRO E. M. Belo Horizonte , Editora UFMG..

SANTOS, Milton (1986) Por uma Geografia Nova. 3ª. ed. São Paulo, Hucitec.,

SANTOS ROSA, L G. (2008), Projeto de revitalização da sub-bacia do Rio dos Cochos. Projeto de revitalização apresentado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas-IGAM, pelo município de Januária/MG. Januária: 2008.

SEYFERTH, G. (1985), Herança e estrutura familiar camponesa. Rio de Janeiro: in: Boletim do Museu Nacional. n. 52. 30 de maio. p.1-27.

SHRODER, M. (2004), As demandas financeiras dos agricultores do sertão do Pajeú. In: Laços financeiros na luta contra a pobreza. ABRAMOVAY, R. Organizador. Annablume. FAPESP. São Paulo, S P: 2004. p. 71-119.

SILVA, Leandro Luciano. GALIZONI, Flávia Maria. RIBEIRO, Àureo Eduardo Magalhães. (2012) Agricultura familiar, estratégias produtivas e programas de desenvolvimento no Alto-Médio São Francisco: o caso da comunidade rural de Roda D'Água. In: Teoria & Sociedade, v. 20.2, p.40 -62. Belo Horizonte.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. (2008), Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre, Editora da UFRGS.

VERGÉS, Armando Bartra. (2011), Os novos Camponeses: leituras a partir do México profundo. São Paulo, Cultura Acadêmica: Catédra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural.

WANDERLEY, M. N. B. (1999), Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org). Agricultura Familiar: realidade e perspectivas. Passo Fundo, EDIUPF.

WOLF, E. R. (1976) Sociedades Camponesas. Tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

WOORTMANN, E. F. (1995), *Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste*. São Paulo-Brasília: Editora da USP: HUCITEC/Edunb. 1995.

WOORTMANN, Ellen F. & WOORTMANN, Klaas. (1997), *O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília, Edunb.

WOORTMANN, K. (1990) Migração, família e campesinato. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas: Fundação SEADE/UNICAMP. jan./jun. 1990. v.7, n.1, p.35-53.